

Medidas de arrocho estão em andamento

MARIA EUGÊNIA

Arrocho à vista. O GDF prepara novas medidas para enxugar a máquina - como a adoção de um programa de demissão voluntária em setores específicos -, reduzir as despesas de custeio e aumentar a arrecadação. Tudo isso porque não conseguiu aprovar na Câmara Legislativa o reajuste de 87% no IPTU. Há dois anos, o Palácio do Buriti tenta, sem sucesso, reajustar significativamente o imposto e aumentar a sua arrecadação.

"Esse dinheiro vai nos fazer muita falta. Além de conter os gastos com pessoal, teremos que abrir mão de novos investimentos, principalmente do Orçamento Participativo", lamenta o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa.

Ele atribui a derrota do governo no projeto do IPTU à eleição da mesa diretora da Câmara Legislativa: "A condução dos dois processos de forma simultânea atrapalhou. A bancada governista rachou em função da eleição da presidência e perdemos votos importantes para aprovar uma nova alíquota para o IPTU", reconhece Barbosa.

Entre as medidas que estão sendo analisadas pelo governo para aumentar a arrecadação e reduzir as despesas estão a venda de ações das empresas

estatais e do Banco de Brasília (BRB) e a transferência para a iniciativa privada da administração de teatros, pavilhões, planetário, ginásios e estádios.

Contenção - A extinção de algumas administrações regionais, com a centralização das decisões, e a fusão de fundações e secretarias são temas que voltarão com carga total nas discussões em Cristovam Buarque e sua equipe. "O próximo ano será, decididamente, de contenção de gastos e de um planejamento rigoroso na área financeira", anuncia o secretário de Comunicação, Luiz Gonzaga Motta.

Em 1997, o governador Cristovam Buarque decidiu ficar mais atento às contas do GDF. Não quer dizer, entretanto, que vai seguir à risca as orientações do secretário de Fazenda, Mário Tinoco, e da equipe econômica. "O secretário Tinoco é um excelente técnico, mas não tem a visão política necessária da condução de determinados processos", explica Motta.

Caus - A cautela será a palavra mais utilizada pelo Palácio do Buriti no próximo ano para evitar o caos nas contas públicas. Nada de obras onerosas e nada de ceder aos movimentos grevistas por aumentos salariais. Tudo porque a arrecadação do IPTU em 1997 terá um rombo estimado em R\$ 50 milhões. "A criatividade não será suficiente para superarmos a crise. Haverá horas em que teremos que adotar medidas duras, que vão gerar insatisfação no funcionalismo", confirma Motta.